

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.338.826 - DF
(2018/0193855-8)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : I J L
ADVOGADO : JOSÉ LEITE SARAIVA FILHO - DF008242
ADVOGADA : AKIKO RIBEIRO MITSUMORI E OUTRO(S) - DF024556
AGRAVADO : E P C L
REPR. POR : M P DE C L
ADVOGADO : JOSÉ LEITE SARAIVA FILHO - DF008242
ADVOGADA : AKIKO RIBEIRO MITSUMORI E OUTRO(S) - DF024556

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROVIMENTO. CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL.

1. Cumpridos os requisitos de admissibilidade do recurso especial, merece provimento o agravo para determinar a sua reautuação como recurso especial para melhor exame da controvérsia.

2. Agravo interno acolhido para, em juízo de retratação, tornar sem efeito a decisão agravada, e, determinar a sua reautuação como Recurso Especial.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interno interposto por I J L contra decisão assim ementada (e-STJ Fl. 1.799):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. FAMÍLIA. INTERESSE DO MENOR. GUARDA UNILATERAL. ALTERAÇÃO DO QUE DECIDIDO PELA CORTE RECORRIDA. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ À PRETENSÃO RECURSAL. AGRADO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

Em suas razões, o agravante reprisa, essencialmente, a tese de negativa de prestação jurisdicional, eis que, o acórdão recorrido teria como único fundamento para alteração da guarda para unilateral a existência de litígio entre as partes.

Superior Tribunal de Justiça

No mais, defende a inaplicabilidade da Súmula nº 7/STJ, e, que a guarda compartilhada prescinde de consenso entre os genitores.

Pede o provimento do recurso.

É relatório.

Passo a decidir.

Em nova análise, considerando os argumentos declinados nas razões do presente agravo interno, com fulcro no artigo 259 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, reconsidero a decisão anterior para reanálise da matéria do agravo em recurso especial.

Entretanto, diante da relevância da questão suscitada, merece provimento o agravo para melhor analisar o recurso especial interposto, procedendo-se a devida conversão.

Ante o exposto, acolho o agravo interno para, em juízo de retratação, tornar sem efeito a decisão agravada de fls. 1.799/1.806 e-STJ, para, desde logo, dar provimento ao agravo e determinar a sua reautuação como recurso especial para melhor exame da controvérsia.

À Coordenadoria para as providências cabíveis.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator